



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **1008864-68.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**  
 Requerente: **Jose Fernando Martins e outros**  
 Requerido: **Benedito Martins Filho**

Juiz de Direito: Dr. **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

1 Trata-se de ação interposta por José Fernando Martins, Roseli Aparecida Martins Caballero e Rosimeire Pereira Martins, com pedido de alvará para transferência do veículo descrito no documento de fls. 13 para o nome de Robison Lazaro de Souza. O carro é de propriedade de Benedito Martins Filho, pai dos requerentes, falecido em 27/02/2017, conforme certidão de óbito que consta às fls. 10. No documento consta que o falecido não deixou bens ou testamento conhecido, o que foi confirmado pelo relato inicial. Determinou-se a emenda da inicial para apresentação de documentos. Os autores apresentaram a avaliação do automóvel, conforme documento que está às fls. 21 (tabela FIPE).

**2 É o relatório, fundamento e decidido.**

3 Concedo aos requerentes os benefícios da justiça gratuita. **Anote-se.**

4 O pedido é procedente.

5 Os autores comprovaram a alegação de que são os únicos herdeiros do falecido, bem como que o único bem que este possuía é um veículo de baixo valor, que não supera, inclusive, o limite estabelecido na Lei nº 6858/80 para levantamento de saldos bancários, o que torna dispensável o arrolamento.

6 Anoto que, diante do caráter voluntário desta ação e, ainda, da incidência do princípio da boa-fé processual, que é um dever de todos aqueles que participam do processo, nos termos do artigo 5º do Código de Processo Civil, é de exclusiva responsabilidade da parte eventuais irregularidades e/ou omissões que possam resultar em prejuízo à terceiros.

7 Destaco, ainda, o alvará não tem conteúdo mandamental, sendo, somente, uma autorização para a prática dos atos jurídicos necessários, inclusive podendo, os autores, assinar todo e qualquer documento para o bom cumprimento deste. Deste modo, o alvará não implica em determinação para a transferência do bem, que ocorrerá de acordo o critério do órgão de trânsito responsável.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES  
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

8 Eventual divergência entre o requerente e a entidade administrativa deverá ser dirimida em ação própria.

9 Nestes termos, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, **ACOLHO** o pedido inicial, determinando a expedição de alvará autorizando o autor, JOSÉ FERNANDO MARTINS, a proceder a transferência, para quem melhor lhe convier, do veículo (Fiat UNO CS, 1988/1988, cor marrom, placa CCA5577, código Renavam 00414834208) que está em nome do falecido, podendo praticar todos os atos necessários, ressalvadas exigências administrativas e resguardados direitos de terceiros. Por consequência, julgo extinto o feito, com resolução de mérito.

10 Diante do pedido formulado, e do seu acolhimento, ausente interesse recursal, nos termos do artigo 1.000, do Código de Processo Civil, pelo que fica, desde já, **anotado o trânsito em julgado na data de assinatura da sentença**, dispensando-se o Cartório de lançar certidão

**11 Expeça-se alvará** nos termos acima delineados, com prazo de 180 dias.

12 Intime-se a Fazenda Pública Estadual para fins de eventual apuração administrativa quanto aos tributos.

13 Cumprida a determinação, remeta-se ao arquivo.

14 P.I.

São Carlos, 18 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**